

# Arranjos Produtivos Locais e Atividades Minerárias nos Municípios da Operação Arco Verde (Amazônia Legal, Brasil)

*Shirley Cristina dos Santos<sup>1</sup>; Fernando Campagnoli<sup>1</sup>; Sandra Aparecida Pedrosa<sup>2</sup>; Inara Oliveira Barbosa<sup>2</sup>.*

<sup>1</sup> CENSIPAM/Ministério da Defesa; <sup>2</sup> DNPM/Ministério de Minas e Energia

**RESUMO:** A Operação Arco Verde - OAV, lançada em 2009 pelo governo federal, pelo Decreto n.º 7.008/2009, idealizada no âmbito do PPCDAm (Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), com o objetivo de ser uma complementação das ações de Comando e Controle nos 43 municípios da Amazônia Legal Brasileira que, na época apresentavam os maiores índices de desmatamento. Com vistas a estimular a transição do modelo produtivo regional, hoje baseado na produção predatória da extração da madeira para um modelo de produção sustentável, com geração de emprego e renda. De acordo com Decreto, os municípios prioritários para o controle do desmatamento, são listados anualmente por meio de portaria publicada pelo Ministério do Meio Ambiente, com base nos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 6.321/2007. As portarias MMA 28/2008 e 102/2009 apresentaram um total de 43 municípios, e hoje conta com 49 municípios (Portaria MMA 175/2011). No âmbito da OAV, no ano de 2011, ocorreram reuniões nos municípios visando apresentar e discutir propostas de arranjos produtivos locais sustentáveis a serem fortalecidos com ações do Governo Federal. As reuniões nos municípios, sob-responsabilidade do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, contaram com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais, além das associações, cooperativas, sindicatos, imprensa local e outros interessados. Nesta ocasião os municípios visitados foram Amarante do Maranhão (MA), Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Ulianópolis e Itupiranga (PA). O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, parceiro do CENSIPAM participou das reuniões apresentando informações sobre o aproveitamento do bem mineral no município, considerando aspectos ambientais, econômicos e sociais, com dados dos processos de requisição e regularização de mineração, inclusive a possibilidade da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM, administrado pelo DNPM em parceria com estados e municípios. Deste recurso arrecadado, 65% é repassado ao município com vistas à investimentos para a comunidade local, que pode ser objeto de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde, educação e etc. A partir dessas reuniões, pretende-se propor políticas públicas que impulsionem e/ou promovam novos arranjos produtivos locais – APLs, a incidir na melhoria do desempenho de pequenas atividades minerárias locais, seja em pequenos garimpos ou em empresas juniores e de pequeno porte, que integrarão questões ambientais e sociais às ações voltadas ao desenvolvimento econômico e ao ordenamento territorial baseado no potencial mineral local e regional. Desta forma, inicia-se um debate mais amplo sobre o tema, envolvendo outros atores do processo produtivo e outros APLs, que podem ser de base mineral ou não. Essa tributação, nesses municípios visitados e estudados, pode servir de modelo ou estudo de caso para a melhor aplicação local do investimento, subsidiando tecnicamente o aprimoramento do marco legal da mineração em discussão no governo e no Congresso Nacional. Essa nova discussão aqui colocada pode e deve também apontar a mineração como forma sustentável de desenvolvimento local e regional, integrado com outras políticas territoriais propostas por outros setores da sociedade, respeitando aprimorando os estudos de zoneamento e do licenciamento ambiental.

**PALAVRAS CHAVE:** DESMATAMENTO, MINERAÇÃO, APL.